

Mercado prevê que as taxas de juros devem permanecer elevadas no início deste ano

# Perspectivas para 98 são pessimistas

*Tendência é para aumento do desemprego, mesmo com inflação mais baixa*

**P**REPARE-SE para um início de ano difícil. As perspectivas econômicas para 98 não são nada otimistas, especialmente para o primeiro trimestre. Nesse período deverão ser mais sentidos os efeitos da elevação das taxas de juros e ainda do aumento de impostos. A partir de abril, se a crise no Sudeste Asiático for contornada, o governo terá um espaço maior para seguir com a queda dos juros e ir tirando aos poucos as amarras da economia. E, por tratar-se de um ano de eleições, é possível contar com algum aquecimento econômico no segundo semestre.

**rescimento de 1% do PIB não garante emprego. Haverá dificuldades para reajustes. Eleições podem reaquecer economia no segundo semestre**

soma de bens e serviços produzidos no País, tende a crescer apenas 1%. Mas para assegurar os atuais postos e ainda absorver os que ingressam no mercado de trabalho essa expansão deveria ser de 6%. E se houver dificuldades para manter o emprego mais complicado será obter reajustes pela inflação. Por conta dessas incertezas e porque o crédito deve continuar caro, o mais indicado parece ser racionalizar os gastos, juntar o dinheiro, mantê-lo aplicado a base de juros, que estarão generosos, e comprar à vista. Já o crédito para a compra de imóvel deverá ser mais farto com o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

Ainda que a situação fique mais tranquila nos países asiáticos, a equipe econômica precisa manter as taxas em níveis altos de modo a preservar as reservas internacionais, proteger a estabilidade do Real e atenuar o déficit em

nossas contas com o exterior. Em contrapartida, essa mesma taxa elevada tem outros efeitos maléficos porque dificulta a expansão de negócios no setor privado e aumenta a dívida no setor público. Daí porque vamos iniciar o ano pagando mais impostos na fonte: a partir deste mês, o imposto será maior nas aplicações de renda fixa, sobre salários, aluguéis, etc., ou viagens ao exterior. Isso porque, com o aumento da arrecadação, o governo deve neutralizar parte do aumento de gastos com os juros que paga nos títulos públicos.

Num quadro de aperto como esses não é difícil entender por que a previsão é de uma inflação ainda mais baixa para este ano. Muito ajudaria a aliviar o peso para o contribuinte, consumidor, assalariado, no entanto, se o governo acelerasse o processo de privatização e o Congresso consolidasse as reformas estruturais.

Para o aplicador, apesar da insegurança, as bolsas tendem a pagar rendimento acima da inflação, assim como a renda fixa, embora a caderneta possa decepcionar.

## APLICAÇÕES

### Investidor deve diversificar opções

A expectativa é de que o governo acelere o ritmo de corte das taxas de juros nos próximos meses. "Mais rapidamente do que ocorreu em 1995", prevê Eduardo Santalúcia, gerente da Divisão de Private Bank do Brasil Sudameris. Em março daquele ano, no rastro da crise cambial mexicana e da adoção e da adoção malsucedida do sistema de bandas no câmbio, o governo deu um estímo nos juros para conter as especulações no mercado financeiro.

A tendência é de que as taxas iniciem o ano em nível mais elevados e requeiem acentuadamente nos meses seguintes, acumulando uma média entre 26% e 28% no ano pela variação dos juros dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI), títulos que garantem a troca de recursos por um dia entre os bancos. O piso de juro estampado pela Taxa Básica do Banco Central (TBC), de 2,72% ao mês em janeiro, aponta um

juro de 37,99% ao ano. "Mas nada impede que o Banco Central promova nova redução ainda na TBC de janeiro", comenta Santalúcia. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC, que arredonda o piso e o teto de juro básico da economia, está prevista para o início da segunda quinzena de janeiro.

Santalúcia é da opinião de que, a partir de meados do ano, o piso de juro ou a TBC volte a 1,58%, nível em que se encontrava antes de 31 de outubro. A velocidade de queda será tanto maior quanto mais rápidas forem a recomposição das reservas cambiais perdidas no fim de outubro e o andamento das reformas econômicas.

**Japão** - O cenário que se desenha, segundo ele, sugere que o caminho, para o aplicador, e pela diversificação dos investimentos.

Tradicionalmente, nos últimos

anos, o primeiro mês do ano foi de altas das Bolsas, em dólar, constata. "Dos oito meses de janeiro da década de 90, sete foram de alta e apenas um de baixa, e, 1995, com a crise do México", comenta. Por esse motivo e também porque considera a crise asiática - a menos que ocorra um agravamento no Japão - embutida no preço das ações, ele indica, para o primeiro trimestre, a aplicação de até 30% do capital em Bolsa. A escolha vai depender do perfil e do volume de recursos do investidor, mas os papéis com maior potencial de valorização são os de primeira linha, de empresas a ser privatizadas.

O restantes 70% podem obter melhor rentabilidade, ao longo do primeiro semestre, nos fundos de 60 dias tradicionais com carteiras predominantemente de títulos prefixados, indicados por causa da tendência de queda dos juros.